

FACULDADE TRIÂNGULO MINEIRO

JOSINA FRANCELINA DE BARROS

**PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA: UMA ANÁLISE
DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

Ituiutaba
2011

JOSINA FRANCELINA DE BARROS

**PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA: UMA ANÁLISE
DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

Monografia apresentada à Faculdade Triângulo Mineiro como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Administração, orientada pelo professor Marco Aurélio de Oliveira.

Ituiutaba
2011

JOSINA FRANCELINA DE BARROS

**PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA: UMA ANÁLISE
DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Faculdade Triângulo Mineiro como requisito
parcial à obtenção do título de Bacharel em
Administração.

Banca Examinadora

Prof^a. Andréia Helena de Souza Oliveira

Prof^o. Marco Aurélio de Oliveira

Prof^a. Simone Beatriz Pacheco

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que me permitiu a realização de mais um desafio proposto pelas oportunidades que a vida nos oferece.

Também sou extremamente grata às pessoas mais importantes da minha vida, meu pai Joaquim e minha mãe, Valcilene, meus sinônimos de amor e admiração, que foram e são os maiores exemplos e maiores motivadores que me ajudaram nessa trajetória.

Não poderia esquecer minha irmã e amiga, Juliene, meu sobrinho João Paulo pelo carinho, Athayde pelo companheirismo que foi uma das bases para chegar onde cheguei hoje, a minha amiga Denise, aos meus tios, primos, avôs, colegas de trabalho, todos os meus professores e demais amigos, aqui meus agradecimentos por vocês terem existido na minha vida.

Agradeço também ao meu orientador Prof. Marco Aurélio que sempre esteve à disposição para acompanhar e auxiliar em tudo o que foi levantado, me encorajando a seguir em frente.

“Ora, àquele que é poderoso para fazer tudo muito mais abundantemente além daquilo que pedimos ou pensamos, segundo o poder que em nós opera, a esse glória na igreja, por Jesus Cristo, em todas as gerações, para todo o sempre. Amém!”.

(Efésios 3: 20-21)

RESUMO

O tema deste estudo delimitou-se em: Programa Minha Casa, Minha Vida, uma análise do desenvolvimento econômico. O problema proposto visa encontrar respostas à seguinte pergunta problema: Qual a influência do Programa Minha Casa Minha Vida no desenvolvimento da economia brasileira nos últimos tempos? A hipótese levantada é o crescimento da classe média. Este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo geral analisar qual a interferência (positiva) do Programa Minha Casa Minha Vida, política social implantada pelo governo, no desenvolvimento da economia brasileira. A escolha do tema justifica-se, uma vez que, busca-se aprofundar a discussão acerca de uma área pouco discutida até o presente momento, visto que grandes investimentos na área habitacional popular começaram a ser implementados pelo governo federal, de forma substancial, há poucos anos. Conclui-se que o Programa Minha casa Minha Vida influenciou e continua influenciando sobremaneira o desenvolvimento da economia brasileira e tem papel de destaque na política social governamental. Torna-se pertinente afirmar que tal fato ocorre em função da geração de emprego, o que aumenta o consumo e faz a “roda da economia” girar; a diminuição de impostos; facilidade na liberação de financiamentos para famílias de baixa renda; crescimento do setor de construção civil, por meio da implantação de tal programa. A pesquisa teve caráter de estudo de caso, uma vez que a natureza das fontes investigadas foi pesquisar através de pesquisas bibliográficas e pesquisa documental e os métodos utilizados se mostraram eficientes para alcançar o objetivo e apresentar as considerações finais do presente trabalho de conclusão de curso.

Palavras-Chave: Crescimento da Classe Média. Desenvolvimento Econômico. Programa Minha Casa Minha Vida.

ABSTRACT

The theme of this study narrowed in: Program My House My Life, an analysis of economic development. The proposed problem aims to find answers to the following question: What is the influence of the program My Home My Life in the development of the Brazilian economy in recent times? The hypothesis is the growing middle class. This conclusion of course work aims at analyzing the interference which (positive) Program My Home My Life, social policy implemented by the government in the development of the Brazilian economy. The choice of theme is justified, since it seeks to deepen the discussion about an area little discussed so far, since large investments in the popular residential area began to be implemented by the federal government substantially, there few years. It is concluded that the program My House My Life and influences greatly influenced the development of the Brazilian economy and plays a prominent role in government social policy. It is unreasonable to assume that this fact is a function of employment generation, which increases consumption and makes the wheel turn in the economy, tax breaks, ease of release of funds for low-income families; growth in construction sector through the deployment of such a program. This research has the character of the case study, since the nature of the investigated sources was searching through literature searches and desk research and the methods used has proved effective to achieve the objective and present the final considerations of this work of course completion.

Keywords: growing middle class. Economic Development. My Home My Life Program.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 REFERENCIAL TEÓRICO.....	12
1.1 Economia: Considerações Gerais.....	12
1.1.1 O Keynesianismo.....	16
1.1.2 A Participação do Estado Brasileiro na Economia.....	19
1.1.2.1 Período Luis Inácio Lula da Silva.....	19
1.2 Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV.....	22
1.2.1 A Importância Econômica do PMCMV.....	28
1.3 O Crescimento da Classe Média Brasileira.....	30
1.4 Construção Civil: Breve Análise.....	35
1.4.1 O Crescimento da Construção Civil.....	36
1.4.2 Participação do Governo no Crescimento da Construção Civil.....	37
2 METODOLOGIA.....	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
REFERÊNCIAS.....	40

ÍNDICE DE GRÁFICO

GRÁFICO 1 – Crescimento dos Rendimentos Reais por Escolaridade.....	31
GRÁFICO 2 – Aumento Real Médio Anual da Classe Média de 2002/2009 do Rendimento dos Domicílios por Faixa de Renda.....	32
GRÁFICO 3 – Taxa de Desemprego.....	32
GRÁFICO 4 – Pirâmide Populacional por Classes Econômicas.....	33

INTRODUÇÃO

Uma abordagem sobre a importância do Programa Minha Casa, Minha Vida para o desenvolvimento da economia brasileira coube como proposta de estudo deste trabalho de conclusão de curso, pautando os princípios da escola Keynesiana.

Os países menos desenvolvidos necessitam de ações para regular, incentivar e prover a atividade econômica para que superem sua condição estrutural atrasada. O programa do governo, Minha Casa Minha Vida, é o maior programa habitacional do país e viabiliza a construção de 1 milhão de moradias para famílias com renda de até 10 salários mínimos. Diante deste contexto, o tema deste estudo delimitou-se em: Programa Minha Casa, Minha Vida, uma análise do desenvolvimento econômico.

O problema proposto visa encontrar respostas à seguinte pergunta problema: Qual a influência do Programa Minha Casa Minha Vida no desenvolvimento da economia brasileira nos últimos tempos?

A hipótese levantada é o crescimento da classe média (aumento de gastos governamentais – geração de emprego e renda - maior poder de compra – maior consumo – aumento na produção, gerando ciclos econômicos).

Este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo geral analisar qual a interferência positiva do Programa Minha Casa Minha Vida, política social implantada pelo governo, no desenvolvimento da economia brasileira.

O objetivo específico constitui-se em levantar e analisar, através de pesquisa bibliográfica, alguns fatores que auxiliaram e continuam auxiliando o desenvolvimento da economia através do incentivo governamental presente na implantação do Programa Minha Casa Minha Vida, como por exemplo, o crescimento do setor de construção civil.

A escolha do tema justifica-se, uma vez que, busca-se aprofundar a discussão acerca de uma área pouco discutida até o presente momento, visto que grandes investimentos na área habitacional popular começaram a ser

implementados pelo governo federal, de forma substancial, há poucos anos. As questões referentes à estabilidade econômica e inflacionária parecem ter sido sanadas, com a construção de uma moeda forte na gestão anterior e o governo parte para a execução de políticas que visam reduzir as desigualdades entre as classes sociais.

O Programa Minha Casa Minha Vida, objetiva a promoção da conquista de um dos direitos básicos à população de baixa renda no Brasil: a aquisição da casa própria. É uma ação do governo federal implementada recentemente, e assim, cabe ao presente trabalho de conclusão de curso, introduzir a discussão acerca da sua importância para o desenvolvimento econômico do país, incentivando, assim, a realização de trabalhos acadêmicos futuros.

A construção habitacional envolve diversos agentes interessados nos mais variados retornos, sejam eles financeiros, políticos ou sociais. É uma questão que envolve também uma análise de desenvolvimento social e está diretamente ligada aos objetivos do Novo Milênio. Sendo assim, este estudo tem importância fundamental para a construção de uma base de pesquisa acerca de um tema que atualmente está extremamente valorizado.

Este trabalho de conclusão de curso se divide em 2 capítulos, sendo que após a Introdução, o Capítulo 1 apresenta uma revisão da literatura, onde se apresentam as fundamentações que embasaram as discussões do estudo; o capítulo 2 é a Metodologia, onde são apresentados os métodos utilizados; em seguida apresentam-se as Considerações Finais e por fim, apresentam-se as Referências Bibliográficas, onde foram pesquisadas as teorias utilizadas.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 Economia: Considerações Gerais

No Século XIX, Alfred Marshall disse que a Economia procura estudar os negócios comuns da vida da humanidade. Por negócios comuns, podemos entender as cenas comuns da vida econômica (MENDES, 2009, p. 18).

Etimologicamente, a palavra “economia” vem dos termos gregos Oikós (casa) e nomos (norma, lei). Pode ser compreendida como “administração da casa”, pois, administrar uma casa é algo bastante comum na vida das pessoas. Portanto, é interessante essa aproximação do mundo da casa com o mundo da economia (MENDES, 2009, p. 18).

A questão básica que norteia o processo econômico implica em como as pessoas interagem, ou seja, como as economias funcionam.

Assim, a partir desse princípio Mendes (2009, p. 22) cita que:

Podemos compreender que o comércio pode ser bom para todos os agentes, os mercados são geralmente bons organizadores da atividade econômica, os mercados às vezes falham e, por isso, os governos podem melhorar os resultados do mercado, através de uma eficiente administração pública. Portanto, o desenvolvimento econômico e a expansão das atividades econômicas de um país são pontos fundamentais para entender como funciona sua economia.

Infere-se que a Economia estuda a maneira como se administram os recursos disponíveis, com vistas a produzir bens e serviços, e como distribuí-los para consumo entre os membros da sociedade.

O padrão de vida das pessoas depende da sua capacidade de produzir bens e serviços. E segundo Mendes (2009, p. 24) os bens podem ser:

Bens livres: aqueles cuja quantidade é ilimitada e podem ser obtidos sem nenhum esforço na natureza. Por exemplo: a luz solar, o ar, o mar. Esses bens não possuem preços.

Bens econômicos: são relativamente escassos, têm valor no mercado, e supõem a ocorrência de esforço humano para obtê-lo. Por exemplo: um carro, um computador etc.

Ainda de acordo com Mendes (2009, p. 24) os bens econômicos são classificados em dois grupos:

Bens materiais: como o próprio nome já diz são todos aqueles de natureza material, que podem ser estocados e são tangíveis, tais como roupas, alimentos, livros, televisão etc.

Bens imateriais ou serviços: consideramos aqui tudo que é intangível. Por exemplo, serviço de um médico, consultoria de um economista ou serviço de um advogado, que acabam no mesmo momento de produção e não podem ser estocados.

Para o autor Mendes (2009, p. 24-25) os bens materiais classificam-se em:

Bens de consumo: são aqueles usados diretamente para a satisfação das necessidades humanas. Estes bens podem ser: de consumo durável, tais como: carros, móveis, eletrodomésticos; e de consumo não durável, como, por exemplo, gasolina, alimentos, cigarro.

Bens de capital: são todos os bens utilizados no processo produtivo, ou seja, bens de capital, que permitem produzir outros bens. Por exemplo: equipamentos, computadores, edifícios, instalações etc.

Dando continuidade ao assunto Mendes (2009, p. 24) diz que tanto os bens de consumo quanto os bens de capital são classificados como:

Bens finais: são bens acabados, pois já passaram por todas as etapas de transformação possíveis.

Bens intermediários: consistem nos bens que ainda estão inacabados, que precisam ser transformados para atingir a sua finalidade principal. Por exemplo: aço, vidro e borracha usados na produção de carros.

Os bens podem ser classificados, ainda, de acordo com Mendes (2009, p. 25) em:

Bens públicos: são bens não exclusivos e não disputáveis. Referem-se ao conjunto de bens fornecidos pelo setor público, tais como: transporte, segurança e justiça.

Bens privados: são bens exclusivos e disputáveis. São produzidos e possuídos privadamente, como, por exemplo: televisão, carro, computador etc.

Podemos dizer então que bem é tudo o que tem utilidade para satisfazer uma necessidade ou suprir uma carência. De uma forma geral, bem é tudo aquilo que permite satisfazer às necessidades humanas.

Sobre necessidades humanas o autor (MENDES, 2009) leciona que esta envolve a sensação da falta de alguma coisa unida ao desejo de satisfazê-la. Acredita-se que todas as pessoas sentem necessidade de adquirir alguma coisa, sentem desejo tanto por alimentos, água e ar, quanto por bens de consumo. Assim como uma família precisa satisfazer suas necessidades, uma sociedade igualmente precisa fazer o mesmo. Aliás, precisa definir o que produzir; para quem; quando e quanto produzir. Em linhas gerais, a sociedade precisa gerenciar bem seus recursos, principalmente se considerarmos que estes, geralmente, são escassos.

Escassez significa a situação normal da sociedade onde os recursos são limitados para satisfazer sua demanda por bens e serviços.

Assim como uma família não pode ter todos os bens que deseja, uma sociedade também não pode fazer o mesmo.

Mendes (2009, p. 20) diz que “A razão para que as pessoas não obtenham tudo que desejam está na escassez, ou seja, quando os recursos são limitados em termos de quantidade disponível para uso imediato. Assim, a Economia tem sido entendida como o estudo de como a sociedade administra seus recursos escassos”.

Segundo Mankiw (2005), não há nada de misterioso sobre o que vem a ser uma economia. Em qualquer parte do mundo, uma economia refere-se a um grupo de pessoas que interagem entre si e, dessa forma, vão levando a vida.

Diante disso, imagina-se que a primeira coisa que precisamos entender quando se quer compreender uma economia é saber como são tomadas as

decisões, e sobre este assunto Mendes (2009, p. 21) diz que o processo de tomada de decisão envolve quatro princípios, são eles:

Primeiro: as pessoas precisam fazer escolhas, e essas escolhas não são de graça. Elas precisam ser feitas tendo em vista que os recursos são escassos. Não é possível atender a todas as necessidades de maneira ilimitada. Portanto, a sociedade precisa fazer suas escolhas, assim como os indivíduos. Segundo: o custo real de alguma coisa é o que o indivíduo deve despendar para adquiri-lo, ou seja, o custo de um produto ou serviço refere-se àquilo que tivemos que desistir para conseguir compensar com outra coisa. Terceiro: pessoas são consideradas racionais e, por isso, elas pensam nos pequenos ajustes incrementais de todas as suas decisões, nos ganhos adquiridos em função das suas escolhas. Isto significa que as pessoas e empresas podem melhorar seu processo de decisão pensando na margem. Portanto, um tomador de decisão considerado racional deve executar uma ação se, e somente se, o resultado dos benefícios marginais forem superiores aos seus custos marginais. Quarto: as pessoas reagem a estímulos. Como elas tomam suas decisões levando em conta os benefícios e seus custos, qualquer alteração nessas variáveis pode alterar o comportamento da sua decisão. Assim, qualquer incentivo que ocorra pode alterar a conduta do tomador de decisões. Nota-se que os formuladores de políticas públicas fazem bastante uso deste princípio.

Dentro do estudo sobre economia devem-se destacar os agentes econômicos, que são pessoas de natureza física ou jurídica que, através de suas ações, contribuem para o funcionamento do sistema econômico. O autor Mendes (2009, p. 26) diz que os agentes econômicos podem ser:

Empresas: agentes encarregados de produzir e comercializar bens e serviços, ligados por sistemas de informação e influenciados por um ambiente externo. A produção se dá pela combinação dos fatores produtivos adquiridos junto às famílias. As decisões da empresa são todas guiadas para o objetivo de conseguir o máximo de lucro e mais investimentos; Família: inclui todos os indivíduos e unidades familiares da economia e que, no papel de consumidores, adquirem os mais diversos tipos de bens e serviços, objetivando o atendimento de suas necessidades. Por outro lado, são as famílias os proprietários dos recursos produtivos e que fornecem às empresas os diversos fatores de produção, tais como: trabalho, terra, capital e capacidade empresarial. Recebem em troca, como pagamento, salários, aluguéis, juros e lucros, e é com essa renda que compram os bens e serviços produzidos pelas empresas. O que sempre as famílias buscam é a maximização da satisfação de suas necessidades; Governo: inclui todas as organizações que, direta ou indiretamente, estão sob o controle do Estado, nas suas esferas federais, estaduais ou municipais. Vez por outra, o governo atua no sistema econômico, produzindo bens e serviços, através, por exemplo, da Petrobrás, das Empresas de Correios etc.

Portanto, tanto as empresas quanto as famílias e os governos se interagem o tempo todo, dando o toque econômico, de onde resultam as mais diversas explicações e quando os mercados não estão alcançando a eficiência econômica e a equidade na distribuição da renda, as intervenções do governo devem acontecer.

A intervenção do governo em épocas de crise é bastante defendida por John Maynard Keynes, assunto que se segue.

1.1.1 O Keynesianismo

John Maynard Keynes (1883–1946), economista inglês, iniciou a Escola Keynesiana de Pensamento Econômico ao publicar a Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda, no ano de 1936, em um ambiente de extrema aflição. Para muitos, a publicação da principal obra de Keynes marca uma data extremamente importante, pois, os estudos, discursos e conteúdos apresentados pela obra magna de Keynes abriram um novo caminho na evolução da ciência econômica e tanto a política, quanto a economia, seguiu os passos desta mudança.

Apesar da existência de desempregados e de capital industrial fixo ocioso, Keynes demonstrou, através de seus estudos, que um sistema econômico de mercado poderia chegar a uma posição de equilíbrio permanente com desemprego. A teoria de Keynes revolucionou no sentido de que, para ele, não existia a propriedade da autoconservação no sistema de mercado que mantivesse o crescimento do capitalismo (PEREIRA, 1976, p. 22).

Keynes percebeu que o sistema econômico capitalista não assegurava automaticamente o pleno emprego e o desenvolvimento econômico sustentável sem crises crônicas, com duração sem tempo definido, como pretendia a teoria econômica clássica. Este fato fora também denunciado por alguns dos seus contemporâneos, entretanto apenas Keynes ousou montar uma teoria que pudesse fazer frente ao modelo clássico.

No Brasil, o pensamento keynesiano vigorou até final dos anos 80, essencialmente no que se refere ao Estado interventor. Ou seja, a forte intervenção

do Estado na economia brasileira, entre as décadas de 50 e 80, foi realizada com base teórica fundamentada no pensamento de Keynes. A análise keynesiana veio opor-se aos postulados das economias Clássica e Neoclássica. O pensamento de Keynes é a própria negação do pensamento clássico (MENDES, 2009).

Segundo Pereira (1976, p. 22):

Tarefa aparentemente com o mesmo sentido já fora realizada no século anterior, por Marx. Mas é preciso distinguir com clareza as duas contribuições. Marx fez sua crítica da teoria vigente, visando condenar e ajudar a liquidar o sistema capitalista. Sua crítica foi tão profunda e severa, que jamais foi incorporada à teoria econômica ortodoxa, vindo a constituir-se em uma teoria econômica paralela - a teoria econômica marxista. Já a crítica de Keynes tem um sentido completamente diverso. Não visava condenar o capitalismo, mas apontar suas fraquezas e indicar os remédios adequados.

Para salvar o sistema capitalista, Keynes admitia um grau de intervenção do Estado que a longo prazo poderia implicar no desaparecimento do sistema capitalista. Keynes adota uma abordagem macroeconômica, partindo diretamente de um estudo dos agregados econômicos básicos, que são a renda, o consumo, a poupança, o investimento, dentro de uma economia monetária. O comportamento de consumidores, investidores, especuladores é analisado diretamente em função dos agregados econômicos básicos acima citados.

Em momentos de crises, argumenta Keynes, a intervenção do Estado pode gerar demanda, mediante os investimentos, com vistas a garantir níveis elevados de emprego. O pensamento de Keynes comandou as bases do capitalismo mundial entre a década de 1940 e final dos anos 70 (MENDES, 2009, p. 46).

Os momentos de crise caracterizam-se, por uma crise de confiança entre consumidores e empresários, ou seja, os consumidores reduzem suas compras de bens de consumo, e os empresários, prevêem lucros futuros menores.

Keynes entendeu que, para a sobrevivência do capitalismo, era necessária uma ação efetiva do Estado na regulação das crises do capital. Keynes pode ser considerado como o retrato do indivíduo liberal de seu tempo. Detinha um caráter

profundamente individualista, mas percebia os problemas sociais de sua época. É considerado o mais célebre economista do Século XX, pioneiro da Macroeconomia (MENDES, 2009, p. 49).

Entende-se que para Keynes, a única saída seria aumentar os investimentos do setor público, na medida em que os gastos do governo construiriam uma política econômica fundamental para que o capitalismo, em depressão, recuperasse seu vigor. Porém, Keynes não concordava com a intervenção permanente do Estado em assuntos econômicos privados e o aumento dos gastos do governo com vistas a recuperar uma economia em depressão deveria durar o tempo necessário para que esta economia reagisse. Keynes, portanto, propunha uma intervenção seletiva, onde, assim que os investimentos privados voltassem a crescer, o Estado se retiraria do cenário intervencionista e voltaria às suas funções de regulação, deixando o mercado trabalhar de maneira harmoniosa.

A questão da produção e do emprego foi demasiadamente avaliada por Keynes e Mendes (2009, p. 50) diz que ele concluiu:

O fator responsável pela alteração do volume de emprego é a procura de mão de obra, e não a sua oferta, como pensavam os neoclássicos. Logo, o desemprego é o resultado de uma demanda insuficiente de bens e serviços, e somente pode ser resolvido por meio de investimentos. O investimento, para Keynes, é o fator dinâmico na economia, capaz de assegurar o pleno emprego e influenciar a demanda.

Vimos que a soma do investimento e do consumo determina a renda e o emprego.

Keynes enfatiza acentuadamente o papel do Estado na economia, e ressalta que as mudanças no sistema produtivo não poderiam ocorrer sem a ação efetiva do poder público. O grande eixo da análise de Keynes sobre a intervenção do Estado na economia é a superação da crise, no curto prazo, durante a própria crise, possibilitando o aumento dos investimentos através de uma política de aumento da demanda. O aumento das despesas em obras públicas, graças ao multiplicador, provocaria o aquecimento da economia, que se espalharia para os demais setores.

Contudo é através dos investimentos privados, visto como eixo central de toda economia, que promovemos a elevação do nível de emprego, aumentamos a renda e o crescimento econômico. (MENDES, 2009, p. 50)

Nesse sentido, é do Estado a responsabilidade de ativar o investimento e de assegurar a alocação dos recursos. Keynes estava convencido da importância da ação do Estado na economia, e toda a ação governamental deveria estar pautada na busca de reduzir os efeitos da crise de acumulação de capitais que, de qualquer forma, promoveria a queima de certa quantidade de capital (MENDES, 2009, p. 50).

Além dos investimentos públicos, o governo deve estimular os investimentos privados, reduzindo os impostos. Tal redução pode também estimular o consumo. O principal objetivo da redução dos impostos seria deixar mais recursos à disposição para investimento, contribuindo assim, com o desenvolvimento econômico.

1.1.2 A Participação do Estado Brasileiro na Economia

1.1.2.1 Período Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2010)

Ao tomar posse do governo, Luiz Inácio Lula da Silva manteve a essência da política econômica do governo Fernando Henrique Cardoso. Somente no segundo mandato do governo, por meio da elaboração do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, através do planejamento e do investimento, o Estado teve papel de destaque no desenvolvimento econômico, tanto regulando e fiscalizando, quanto intervindo diretamente (ALMEIDA, 2006).

O autor Almeida (2006) diz que os resultados obtidos no primeiro mandato do governo Lula reproduziam com fidelidade a taxa média de crescimento observado no primeiro mandato do governo FHC, uma média de 2,6% ao ano. Houve também a manutenção de um padrão de comportamento cauteloso, adotado na gestão anterior. Neste período, as metas principais foram: a busca da estabilidade no plano monetário; a manutenção da responsabilidade fiscal; a preservação da política de metas de inflação e de superávit primário e adesão total ao regime de flutuação cambial, também buscada pelo governo anterior.

Durante o primeiro mandato do governo Lula, os investimentos produtivos reduziram de maneira significativa, principalmente os investimentos efetuados pelo setor público, com finalidade voltada para a saúde, infra-estrutura e educação. Ainda Almeida (2006) ressalta que, entre 1995 e 2005, os investimentos públicos caíram de 0,6 para 0,5 do PIB, após alcançarem 0,9%; 1,2% e 0,8% do PIB entre os anos de 2000 e 2002. O autor ainda ressalta a importância destes dados, haja vista que a ausência ou insuficiência de investimentos públicos nessas áreas interfere negativamente as possibilidades de crescimento no futuro.

Ainda o autor Almeida (2006) diz que o alto custo de investimento no Brasil, a ausência de reformas microeconômicas e o ambiente regulatório pouco favorável à condução dos negócios representavam os elementos responsáveis por um baixo crescimento produtivo no período entre 2003 e 2005. Entre 1999 e 2002, o indicador de produtividade marcava 4,4% ao ano, enquanto nos primeiros anos do governo Lula manteve uma média de apenas 0,4% ao ano. Tais informações são pertinentes, uma vez que a produtividade total dos fatores é o elemento principal de crescimento econômico e de transformação estrutural do país.

Apesar do fraco desempenho econômico nos anos iniciais do governo Lula, este é marcado, desde o início, pelas políticas sociais adotadas, cujo objetivo era melhorar os padrões de vida das classes menos favorecidas. O Programa Fome Zero-8 foi um dos carros-chefe do primeiro mandato de Lula, todavia, o programa considerado como grande sucesso foi o programa Bolsa Família-9, responsável pelas melhorias conquistadas pelos agrupamentos de nível de renda mais baixo. O programa também foi acompanhado por sucessivos aumentos no valor do salário mínimo nacional (CONTE et. al., 2006).

Ainda segundo Conte e Severino (2006), houve uma melhora pequena, mas considerável, na redução da desigualdade social do país. Tal redução pode ser resultado da implementação de políticas sociais de transferência de renda. Ao longo do governo de Lula, essencialmente a partir do segundo mandato, houve uma ampliação de crédito, não somente para os consumidores, mas também para a produção, que elevou a relação crédito/PIB para 45% em março de 2010, índice que registrava 23,9% em dezembro de 2002, quando teve fim o governo FHC. Esta

ampliação do volume de crédito foi determinante para amenizar as conseqüências da crise financeira compreendida no período 2008/2009, sobre a economia do país.

A presença marcante do Estado na economia brasileira aconteceu por meio do desenvolvimento de políticas setoriais de amplo destaque, principalmente a partir do segundo mandato. O governo de Lula focou determinados setores, especialmente àqueles ligados à infra-estrutura e à construção civil. Tal política industrial beneficiou setores que, tradicionalmente, garantem emprego a inúmeros trabalhadores. Destaca-se uma significativa redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para automóveis, materiais de construção e eletro-eletrônicos, influenciando assim, o desenvolvimento destes setores, e contribuiu com o aumento de empregos no país, amenizando os efeitos da crise de 2008/2009 (CONTE et. al., 2006).

O grande destaque do governo Lula foi o setor de construção civil, que além de ser incentivado pela redução da carga tributária, foi beneficiado pela implementação do PAC, também, outros setores, como a indústria naval e indústria energética, foram beneficiados por pesados investimentos. Destaca-se a manutenção do controle da inflação, uma meta primária e inicial do governo Lula, a qual foi obtida no governo anterior. Porém, os caminhos escolhidos por ambos os governos para o alcance do sucesso desta meta foram diferentes (CONTE et. al., 2006).

A partir da análise referente aos rumos que as políticas econômicas dos dois líderes tomaram, percebem-se algumas diferenças e segundo Conte e Severino (2006) a política econômica do governo FHC, entre os anos de 1995 e 2002, tinha como princípios a reforma do setor público e o Estado Mínimo. Assim sendo, o Estado tinha um papel inexpressivo na política econômica em se tratando de fomento e incentivo, ficando restrito à regulação e fiscalização.

Portanto, o período do governo FHC, marcou o país por um intenso processo de privatizações de empresas estatais e por práticas que se baseavam na idéia de que o mercado se regulava automaticamente, ignorando assim, as idéias do economista John Maynard Keynes, ao contrário do governo Lula (CONTE et. al., 2006).

O governo Lula lançou em 2009 o PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV), um programa que está inserido em um projeto mais amplo, o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). É através deste plano que o Estado nacional procurará desviar a condução da política econômica nacional, transformando em um Estado mais justo socialmente, suprimindo algumas necessidades das classes econômicas mais baixas da população e corrigindo alguns problemas econômicos que impossibilitam um desenvolvimento e um crescimento mais robusto e constante do País (CONTE et. al., 2006).

A seguir será apresentada uma matéria referente ao PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA, encontrada no site <http://www.novotempoempreendimentos.com.br/materias.php?id=0&subcategoriald=2&id=37> :

1.2 Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV

O que é o Programa?

O Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV – é um programa do Governo Federal, gerido pelo Ministério das Cidades e operacionalizado pela CAIXA. Consiste em uma ação de cunho habitacional, lançado em março de 2009, cuja meta é construir um milhão de moradias, ampliado para três milhões a partir de 2011, sem um prazo definido, que dependerá da capacidade de execução do programa, mas com expectativa de que se complete até o ano de 2012.

A distribuição das construções executadas enquadra em uma determinada proporção, sendo que deste um milhão de imóveis, 400 mil devem atender a famílias que recebam entre zero e três salários mínimos; 400 mil a famílias detentoras de renda mensal até seis salários mínimos; e os 200 mil restantes atenderão famílias que possuam entre seis e dez salários mínimos de renda mensal. A distribuição por unidades da federação segue a composição do déficit habitacional, ou seja, as unidades federativas que possuem maiores déficits habitacionais serão beneficiadas com uma maior destinação de recursos.

Assim sendo é prevista a construção e venda de 400.000 unidades habitacionais, localizadas nas capitais estaduais e respectivas regiões metropolitanas, região metropolitana de Campinas/SP e Baixada Santista/SP, Distrito Federal e municípios com população igual ou superior a 50 mil habitantes, no triênio 2009/2011.

A construção das unidades habitacionais ocorre a partir da contratação de empreendimentos em condomínio ou em loteamento, constituídos de apartamentos ou casas, limitados em 500 unidades por empreendimento. As especificações dos empreendimentos estão dispostas nos documentos: Especificação para Empreendimento até 3SM Apartamento e Especificação para Empreendimento até 3SM Casa.

A execução das obras do empreendimento é realizada por Construtora contratada pela CAIXA, que se responsabiliza pela entrega dos imóveis concluídos e legalizados. Os imóveis contratados são de propriedade exclusiva do FAR (Fundo de Arrendamento Residencial) e integram seu patrimônio até que sejam alienados.

A quem se destina?

As famílias a serem beneficiadas pelo Programa são indicadas pelo município ou Governo do Estado/Distrito Federal e a seleção é realizada pela CAIXA. Os imóveis são adquiridos pelas famílias beneficiadas por venda com parcelamento.

O PMCMV possui linhas de financiamento diferentes para famílias com faixas de renda distintas.

Áreas de atuação do Programa

A abrangência do Programa prevê a contratação de empreendimentos localizados nas capitais estaduais e respectivas regiões metropolitanas, região metropolitana de Campinas/SP e Baixada Santista/SP, Distrito Federal e municípios com população igual ou superior a 50 mil habitantes.

Percebe-se que a distribuição das unidades a serem produzidas como meta do Programa obedece a um critério bastante válido, quanto mais populoso for o estado, maior a meta a ser atingida, já que o déficit habitacional tende a ser maior.

Como Funciona?

O governo estadual ou municipal assina o Termo de Adesão com a CAIXA e a partir desse momento a CAIXA passa a receber propostas de aquisição de terreno e produção de empreendimentos para análise junto com a documentação necessária especificada no documento Relação de documentos e formulários jurídicos.

Após análise, a CAIXA contrata a operação, acompanha a execução das obras pela Construtora, destinando-o ao público alvo do Programa.

Origem dos Recursos

Para viabilizar a construção das unidades habitacionais foram aportados ao FAR, recursos no valor de R\$ 14 bilhões.

Orçamento

A distribuição orçamentária é feita nas 27 Unidades Federativas do Brasil, tendo como base o estudo do déficit habitacional dos municípios que compõem às respectivas unidades.

Para efeito de contratação do orçamento disponibilizado, são priorizados para fins de contratação os projetos que apresentam:

Maior contrapartida/participação dos Estados e Municípios;

Menor valor de aquisição das unidades habitacionais;

Empreendimentos em regime de loteamento;

Existência prévia de infra-estrutura (água, esgoto e energia);

Atendimento a regiões que recebam impacto de grandes empreendimentos de infra-estrutura (usinas, hidrelétricas, portos).

Participantes do Programa

Caixa Econômica Federal - Agente executor do Programa, responsável pela alocação dos recursos, definição dos critérios e expedição dos atos necessários à operacionalização do Programa.

Ministério das Cidades - Agente gestor do Programa, a quem compete estabelecer diretrizes, fixar regras e condições, definir a distribuição de recursos entre as Unidades da Federação, além de acompanhar e avaliar o desempenho do Programa.

Ministério da Fazenda - Em conjunto com o Ministério das Cidades, fixa a remuneração da CAIXA, pelas atividades exercidas no âmbito do Programa.

Poder Público Estadual e Municipal - Tem sua participação estabelecida por meio de assinatura de Convênio com a CAIXA, visando assegurar a sua colaboração nas ações em prol do desenvolvimento de fatores facilitadores à implementação dos projetos, destacando-se a indicação das áreas prioritizadas para implantação dos projetos, isenção de tributos, aporte de recursos e indicação de solicitantes para a venda dos empreendimentos.

Construtoras e Órgãos Assemelhados - Participam na apresentação de propostas e execução dos projetos aprovados para aquisição de unidades habitacionais na forma estabelecida pelas normas do Programa.

Público Alvo - Famílias com rendimento mensal de até R\$1.395,00.

Executor do Trabalho Técnico Social - Pessoa Jurídica, selecionada por meio de credenciamento, para elaborar e executar o programa de trabalho técnico social nos empreendimentos contratados.

Características dos empreendimentos

O número de unidades habitacionais por empreendimento é estabelecido em função da área e do projeto, limitado em 500 unidades por empreendimento.

As unidades habitacionais apresentam tipologia de casas térreas ou apartamentos.

Tipologia mínima apresentada para casa térrea: 02 quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço; área útil mínima de 32 m².

Tipologia mínima apresentada para apartamento: 02 quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço; área útil mínima de 37 m².

Valor

O valor máximo das unidades habitacionais está estabelecido por UF/Localidade e por tipologia diferenciada em casa e apartamento e disposto na Portaria Ministério das Cidades nº 93, de 24.02.2010.

Doação de Imóvel pelo Município

Quando houver manifestação de doação de terrenos no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida por parte do poder público, deve ocorrer a referida doação ao FAR – Fundo de Arrendamento Residencial, o qual promove a construção de unidades habitacionais destinadas ao público alvo do PMCMV.

Para a eleição da empresa construtora deve haver um processo formal de escolha, observado os princípios de legalidade, finalidade, razoabilidade, moralidade

administrativa, interesse público e eficiência, o qual poderá ser realizado pela prefeitura ou pela CAIXA.

O processo de doação de terreno pelos municípios deve atender a rito próprio de cada município, orientado por sua assessoria jurídica. Para subsidiar o trabalho a ser realizado pela prefeitura, disponibilizamos material com roteiro e modelos, que servirão como sugestão para auxiliar no desenvolvimento desse processo.

As sugestões apresentadas podem ser usadas, a critério dos interessados, como parâmetro para o caso em questão, não eximindo a necessidade do município de analisar a regularidade jurídica, para verificação de sua aplicabilidade aos casos concretos, especialmente em relação a sua adequação às normas legais e administrativas, com destaque às disposições da Lei nº 8.666/93, 10.188/01 e 11.977/09, não assumindo a CAIXA quaisquer responsabilidades na utilização desses termos, sem os cuidados pertinentes.

Legislação

Leis:

Lei nº. 10.188 de 12.02.2001

Lei nº.10.859 de 14.04.2004

Lei nº. 11.474 de 15.05.2007

Lei nº. 11.977 de 07.07.2009

Lei nº. 12.024 de 27.08.2009

Decretos:

Decreto nº. 6.962, de 13.04.2009

Instrução Normativa:

IN RFB nº. 934, de 27.04.2009

Portarias:

Portaria Ministério das Cidades nº. 93, de 24.02.2010

Portaria Ministério das Cidades nº. 140, de 05.03.2010

Portaria Ministério das Cidades nº 153, de 15.04.2010

Existem alguns problemas enfrentados pelo Programa que assumem maior ou menor dimensão de acordo com as especificidades regionais. Assim sendo, a evolução do PMCMV varia de acordo com cada estado. Por exemplo, o Estado de Goiás e os três Estados do Sul: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, são os únicos que possuem contratações efetuadas que superam em 50% a meta estabelecida, enquanto os estados do norte e do nordeste possuem índices de contratação baixíssimos. Ceará, Maranhão, Acre, Amazonas, Pará e Tocantins simplesmente não atingem 10% das metas estabelecidas pelo programa. O Amapá possui apenas 52 contratações para uma meta estabelecida de 4.589 unidades.

1.2.1 A Importância Econômica do Programa Minha Casa Minha

A importância do Programa Minha Casa, minha vida para o desenvolvimento econômico brasileiro é analisado sob a perspectiva do Prof. Ivan Santiago Silva - Graduado em Geografia e pós-graduado em Educação, docente titular do Instituto Superior de Ciências Aplicadas do curso de Geografia e Ciências Sociais.

De acordo com Silva (2010) o Brasil realizou a sua abertura econômica na gestão Collor, há 20 anos, até chegar à presidência Luis Inácio Lula da Silva, que promoveu um conjunto de mudanças no país, principalmente em sua geopolítica internacional, ou seja, com outros países e organizações mundiais.

Diante deste novo posicionamento no mundo, o Brasil assumiu uma importância maior, principalmente por sua economia apresentar crescimento e estabilidade. Um fato que consolida este novo país no cenário internacional é o de enfrentar a crise dos Estados Unidos em 2008 sem ser muito afetado, como foram os países ricos, com a União Européia, por exemplo (SILVA 2010).

Sendo assim o Brasil se posiciona com um líder mundial e é claro que questionamentos surgem, pois como que em apenas uma década o país abandonou o conceito de subdesenvolvimento para até intermediar atritos diplomáticos no Oriente Médio, como caso do Irã em 2010? (SILVA, 2010).

O país promoveu os programas sociais que visavam às classes E, D e C, e previam bolsas para cursos superiores, bolsas para alimentação, programas habitacionais dentre outros, o que além do caráter “socialista” do “lulismo” visou à questão econômica (SILVA 2010).

Os programas que apresentaram problemas e também bons resultados promoveram o aumento do consumo interno do Brasil e potencializou a economia do país e desta forma a “roda da economia” passou a girar (SILVA 2010).

O que aconteceu foi o seguinte: com os programas sociais as pessoas passaram a consumir, o que gerou novos empregos e mais consumo. Além disso, o crédito que é uma premissa básica do sistema capitalista foi liberado, para que estas pessoas das classes D e E pudessem consumir. O que ocorreu nestes últimos dez anos foi que milhões de brasileiros saíram da miséria e pobreza absoluta e passaram a constituir a classe C (SILVA 2010).

Desta forma, velhos problemas como o subdesenvolvimento, a dívida com o FMI dentre outros perderam relevância e espaço na mídia brasileira e fatos novos como o fortalecimento da classe C, a projeção do Brasil no mundo e a liderança de Lula tem mudado o conceito do Brasil (SILVA 2010).

Foi com a crise de 2008 que o Brasil mudou esta imagem, pois o consumo interno diminuiu a dependência de outros países e o país se apoiou em seu próprio mercado e dos países em desenvolvimento como a China, ressignificando a tradicional retórica histórica da dependência dos países ricos (SILVA 2010).

O Programa “Minha Casa Minha Vida” desenvolvido na gestão Lula (2002-2010) se transformou em um dos pilares do desenvolvimento econômico do Brasil, pelo fato de incentivar a indústria da construção civil, que passa desde a areia, cimento, ferro, mão de obra, transportes até a comercialização e criou fluxo: desta

forma, na perspectiva de Demétrio Magnoli, Lula liberou crédito e acelerou o fluxo e fez o capitalismo brasileiro deslanchar (SILVA 2010).

Se analisarmos, a construção civil ativa, diversos setores da economia como os já citados, cria empregos, as empresas aumentam a sua capacidade de produção para atender o mercado em expansão e para isso investem mais, ou através de recursos próprios, aumento de capital ou ainda financiamentos, sendo que o BNDES participa ativamente deste processo de garantia de crédito (SILVA 2010).

A diferença do programa habitacional foi que além de ativar a economia brasileira, beneficiou as Classes E, D e principalmente a classe C, que como vimos se ampliou muito nos últimos anos com a diminuição da pobreza (SILVA 2010).

Raciocínio simples: o governo federal, através da Caixa Econômica Federal liberou recursos, as empresas investiram e contrataram, e os imóveis foram para os menos favorecidos. Todos foram favorecidos. O déficit habitacional do Brasil foi reduzido e esta movimentação através do programa habitacional garantiu que o Brasil sofresse menos os impactos da crise americana de 2008/2009 (SILVA 2010).

1.3 O Crescimento da Classe Média Brasileira

Rodrigues (2011) publicou uma matéria em 14 de março de 2011 e por ser pertinente ao estudo, será apresentado na íntegra.

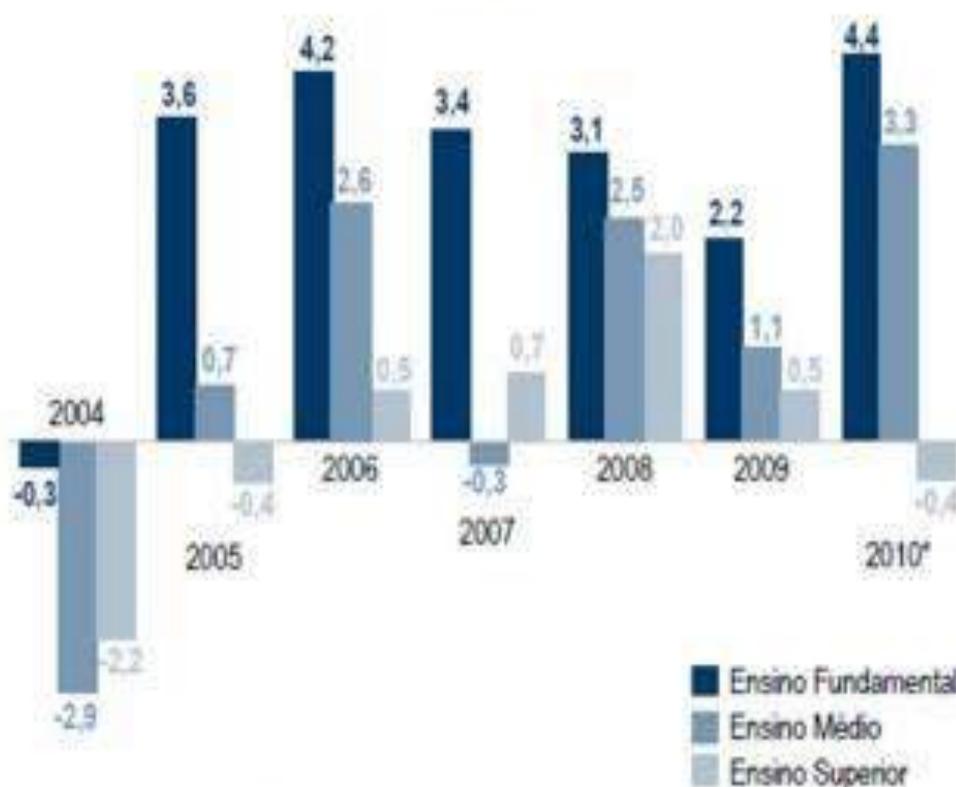
Pouco tempo atrás escrevi um post sobre o crescimento da classe C. Em dezembro eu estive na apresentação anual do Credit Suisse / Hedging Griffo para seus clientes e resolvi retomar o assunto, atualizando alguns dados.

O banco fez uma análise do cenário sócio econômico para o biênio 2011/2012 e para aqueles que pensam que a classe C deixará de crescer, a notícia é exatamente a oposta. A nova classe média brasileira deve continuar crescendo, principalmente os seus rendimentos.

Uma análise do crescimento da classe C para tornar-se majoritária na população (atualmente cerca de 52% dos brasileiros pertencem à classe C) pode ser explicada quando avaliamos o crescimento dos rendimentos das pessoas que detêm a menor parcela de riqueza (figura 1) e menor escolaridade (figura 2).

O crescimento na renda dessas parcelas da população, calcados principalmente no aumento do consumo fez com que houvesse a migração de classes, lembrando que o critério de classificação social no Brasil leva em conta um mix de escolaridade e posse de bens e serviços.

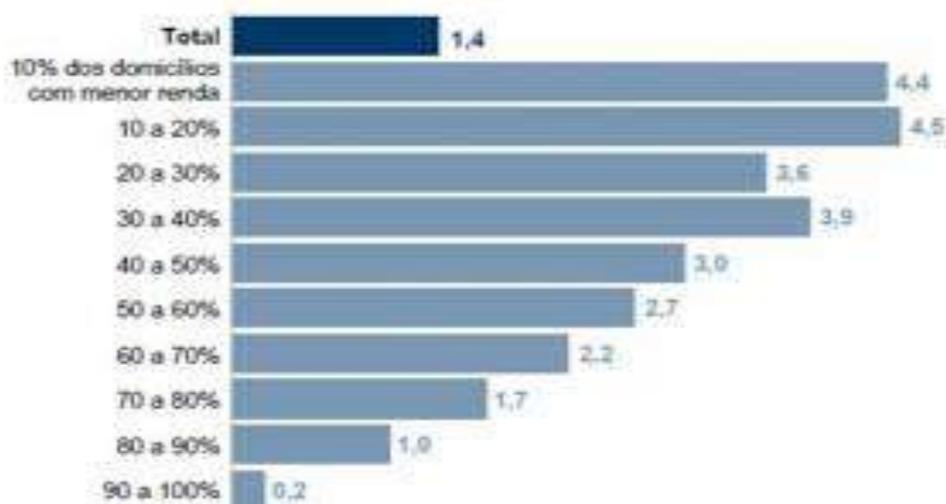
Crescimento dos rendimentos reais por escolaridade (%)



*Acumulado em 12 meses até outubro

Fonte: IBGE, Credit Suisse

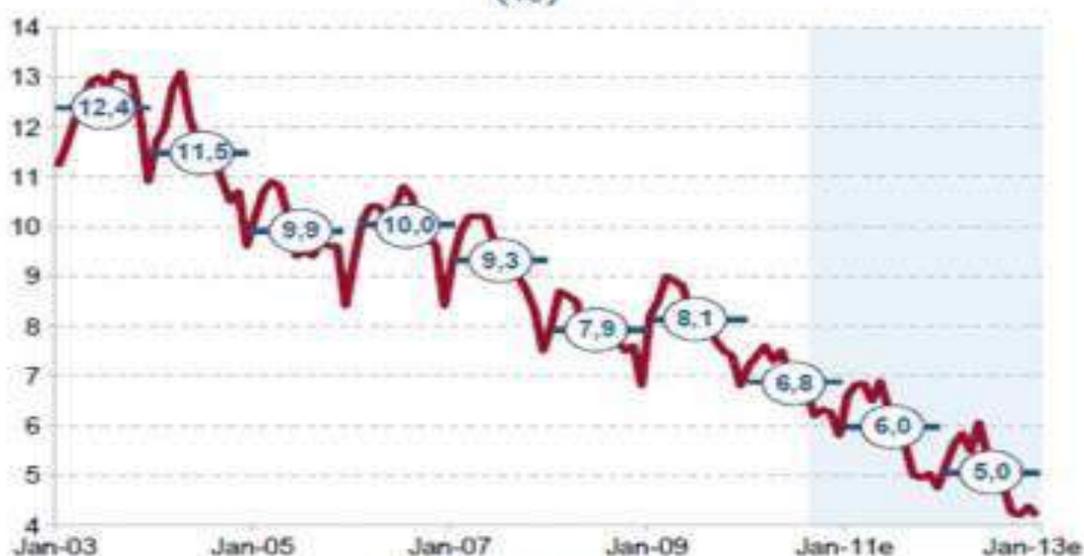
Aumento real médio anual de 2002-09 do rendimento dos domicílios por faixa de renda (%)



Fonte: IBGE, FMI, Credit Suisse

Para o futuro próximo, é esperado que os setores imobiliário e de serviços no geral continuem gerando empregos, puxando os rendimentos dos trabalhadores para cima. O desemprego irá cair a níveis muito baixos, próximos de 5% no final de 2012 (gráfico abaixo).

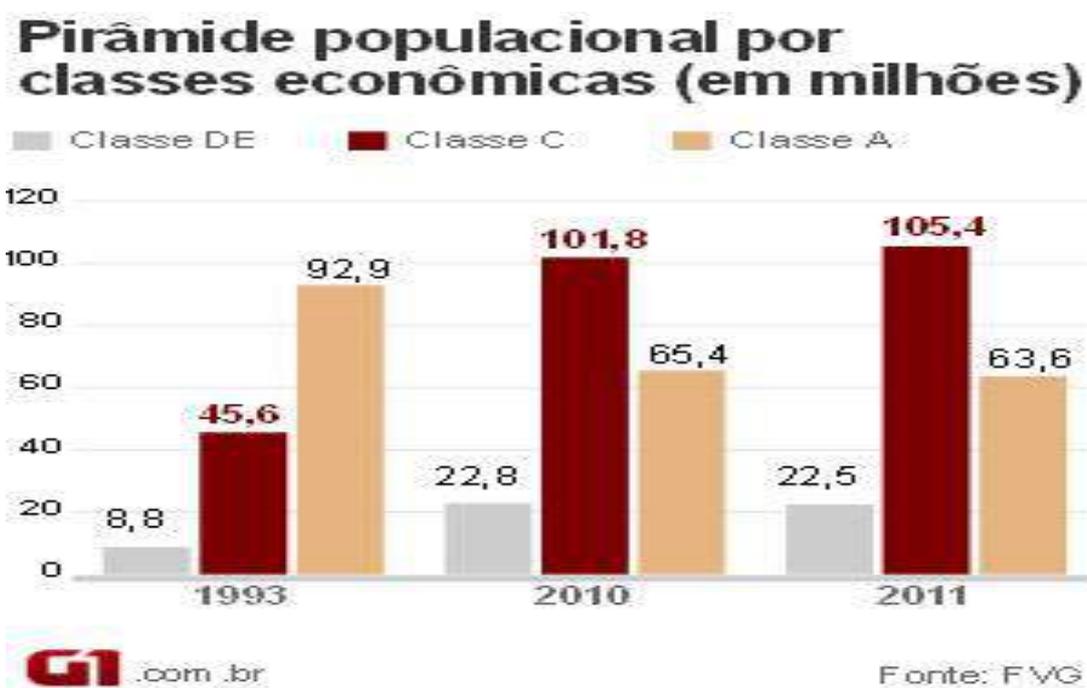
Taxa de desemprego (%)



Fonte: IBGE, Credit Suisse

Também é esperado um aumento da classe B, dessa vez amparado por um aumento na escolaridade das pessoas, já que o consumo de bens deve crescer a níveis inferiores aos verificados nos últimos anos. As classes A e E tendem a ficar muito pequenas. Se continuar neste ritmo, daqui a pouco terei que mudar o nome do blog para: A classe C chegou, que venha agora a classe B.

Sobre o crescimento da classe média, Gasparin (2011) dá a sua contribuição e diz que a Classe C ganha 39,5 milhões de pessoas, diz FGV. Do início de 2003 até maio deste ano, o aumento foi de 46,57%. Nas classes A, B e C, 48,7 milhões foram incluídos no mesmo período.



Do início de 2003 até maio deste ano, 48,7 milhões de pessoas entraram nas classes A, B e C no Brasil, quase a população da Espanha, um crescimento de 47,94%, aponta pesquisa divulgada nesta segunda-feira (27) pela Fundação Getulio Vargas (FGV).

Somente na classe C foram 39,5 milhões de novos integrantes no período, um aumento de 46,57%. Paralelamente, 24,6 milhões de pessoas deixaram a classe E, queda de 54,18%, e 7,9 milhões, a classe D, recuo de 24,03%, o que mostra que

a desigualdade no país vem caindo, afirma o professor Marcelo Cortes Néri, coordenador da pesquisa.

“Você está falando de crescimento em cima de crescimento (...). Ela [classe C] já cresceu porque a renda do brasileiro vem crescendo desde o fim de 2003, e a desigualdade vem caindo há 10 anos. Esses são fatores fundamentais para este cenário de crescimento. O terceiro fator é a estabilidade, seja a inflacionária, seja o choque de confiança que foi dado aos mercados.” (NÉRI, 2011).

De acordo com Neri, além do crescimento da renda e da queda da desigualdade, a educação é outro fator que colabora para o aumento da classe C. "A nossa pesquisa mostra que, só pelo efeito da educação, se tudo se mantiver constante, a renda do brasileiro cresceria 2,2 pontos percentuais por ano, o que é bastante".

Néri citou ainda programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, que foi importante para a classe E, e o aumento do salário mínimo, importante para a classe C.

Definição das classes econômicas (preços 2011)

	Renda Inferior (R\$)	Renda Superior (R\$)
Classe E	0	751
Classe D	751	1200
Classe C	1200	5174
Classe B	5174	6745
Classe A	6745	-

Fonte: FGV

Do total de novos integrantes das classes A, B e C, 13,3 milhões passaram a fazer parte dessas fatias sociais nos últimos 21 meses encerrados em maio, salienta o professor, o que mostra que o crescimento continua.

Por ser pertinente para o presente estudo abordar-se-á a seguir sobre construção civil.

1.4 Construção Civil: Breve Análise

Ribeiro (2011) destaca a seguinte matéria sobre o segmento de construção civil:

A construção civil é responsável por grande contribuição à economia brasileira e responsável por colocar no mercado de trabalho milhares de pessoas. Tal circunstância leva este setor a ter uma atenção redobrada e maiores incentivos e benefícios pela parte dos governantes do nosso país.

O mercado de trabalho constitui tema de grande relevância, mais especificamente, no ramo da construção civil, já que é responsável por maior parte dos empregos no mercado atual.

A área de Construção Civil abrange todas as atividades de produção de obras. Estão incluídas nesta área as atividades referentes às funções planejamento e projeto, execução e manutenção e restauração de obras em diferentes segmentos, tais como edifícios, estradas, portos, aeroportos, canais de navegação, túneis, instalações prediais, obras de saneamento, de fundações e de terra em geral, estando excluídas as atividades relacionadas às operações, tais como a operação e o gerenciamento de sistemas de transportes, a operação de estações de tratamento de água, de barragens etc.

De acordo com a Receita Federal, construção civil é conceituada como "a construção, a demolição, a reforma, a ampliação de edificação ou qualquer outra benfeitoria agregada ao solo ou ao subsolo".

No Brasil, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) regulamenta as normas, e o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, o CREA, fiscalizam o exercício da profissão e a responsabilidade civil. Toda a obra de construção civil deve ser previamente aprovada pelos órgãos municipais

competentes, e sua execução acompanhada por engenheiros ou arquitetos registrados no CREA.

A importância singular do Macro setor da Construção definido como o setor da construção propriamente dito (edificações, obras viárias e construção pesada), acrescido dos segmentos fornecedores de matérias-primas e equipamentos para a construção e dos setores de serviços e distribuição ligados à construção, pode ser retratada em números.

Através desse conceito mais moderno, pode-se avaliar melhor os efeitos multiplicadores setoriais da indústria de construção sobre o processo produtivo, sua enorme capacidade de realização de investimentos, o seu potencial de criação de empregos (diretos e indiretos), além de seus efeitos benéficos sobre a balança comercial e sobre o nível de inflação.

1.4.1 O Crescimento da Construção Civil

Conforme consta nas notícias de nosso país, a construção civil a cada ano que passa mostra uma perspectiva de crescimento maior. Como mostra a notícia do jornal Correio Braziliense (data), a construção civil teve o melhor início de ano de sua história. Impulsionado pelo aumento do crédito imobiliário e pela grande oferta de vagas de trabalho, o setor cresceu nada menos do que 14,9% no primeiro trimestre de 2010 frente ao mesmo período de 2009 - recorde absoluto da série de pesquisas iniciada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1995. Ainda que o índice esteja bem acima da taxa de crescimento do país, governo e empresas do ramo acreditam que é possível ver números superiores a esse nos próximos meses. Esse grande crescimento deve-se principalmente aos juros, sendo que o Banco Central não elevou a taxa SELIC, a renda do brasileiro aumentou, programas de incentivo à construção de casas populares, fazendo com que o segmento habitacional amplie seus projetos, ajudando a puxar a taxa de investimento para cima.

Um exemplo do dinamismo do setor vem da construtora Apex Engenharia, especializada em projetos habitacionais voltados para as famílias com renda entre

R\$ 1,8 mil e R\$ 2,3 mil e localizados nas cidades do Entorno de Brasília, principalmente Samambaia. O gerente comercial da empresa, João Paulo Santos Miranda, disse que, no ano passado, a empresa lançou um empreendimento durante o Feirão da Caixa Econômica Federal. Neste ano, foram três projetos que já estão com 70% das unidades vendidas. "É só anunciar e vender", disse.

É por esse aumento de serviços e projetos que a SINDUSCON prevê o crescimento do PIB em torno de 8,8 %. Com esse aumento, o sindicato já projeta alcançar em torno de 2,4 milhões de empregos formais na construção civil em 2010.

1.4.2 Participação do Governo no Crescimento da Construção Civil

O governo, com seus programas habitacionais e intervenções nos impostos, ajudou a construção civil a ostentar crescimentos constantes nos últimos meses, devido à isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para os materiais necessários ao setor. Assim como em virtude do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do programa do governo Minha Casa Minha Vida, que possibilita aos brasileiros a aquisição de moradias com preços reduzidos.

O anúncio de Alencar no começo do ano, no site da GLOBO mostra claramente a importante intervenção do governo no crescimento da Construção Civil na economia brasileira. De acordo com o ministro, as medidas voltadas para o setor de construção, que reduzem impostos nos produtos de construção, valerão até que o programa habitacional, que prevê um milhão de moradias, comece a dar frutos. Segundo ele, "essa redução vai estimular a autoconstrução [pessoas que fazem pequenas reformas], e isso tem impacto muito grande no setor".

As pesquisas bibliográficas realizadas neste capítulo ressaltam a influência do Programa Minha Casa Minha Vida no desenvolvimento da economia brasileira nos últimos tempos e confirma a hipótese levantada, que é o crescimento da classe média (maior poder de compra - quanto mais se compra, mais se produz).

2 METODOLOGIA

Os dados utilizados na pesquisa para embasamento do trabalho de conclusão de curso foram obtidos através de pesquisa documental e pesquisa bibliográfica e para Marconi e Lakatos (2001, p. 57) “O levantamento de dados, primeiro passo de qualquer pesquisa científica, é feito de duas maneiras: pesquisa documental (fontes primárias) e pesquisa bibliográfica (fontes secundárias)”.

Torna-se pertinente ressaltar uma definição referente ao termo pesquisa, e as autoras Lakatos e Marconi (1991, p. 155) definem pesquisa como sendo: “[...] um procedimento formal, com método do pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”.

Para Prestes (2003, p. 26), pesquisa bibliográfica ou de fontes secundárias é: “aquela que se efetiva tentando-se resolver um problema ou adquirir conhecimentos a partir do emprego predominante de informações provenientes de material gráfico, sonoro ou informativo”.

Quanto aos procedimentos de investigação, a pesquisa teve caráter de estudo de caso, uma vez que a natureza das fontes investigadas foi pesquisar através de pesquisas bibliográficas e pesquisa documental, em fontes secundárias, ou seja, jornais; revistas e sites.

Para Lakatos e Marconi (1991, p.106) estudo de caso, é a etapa mais concreta da investigação, com finalidade mais restrita em termos de explicação geral dos fenômenos menos abstratos e também pressupõem uma atitude concreta em relação ao fenômeno e estão limitadas a um domínio particular, caracterizando no estudo de um problema específico na organização.

Os métodos utilizados se mostraram eficientes para alcançar o objetivo do presente trabalho de conclusão de curso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho de conclusão de curso, através dos estudos e pesquisas, revelou que o Programa Minha casa Minha Vida influenciou e continua influenciando sobremaneira o desenvolvimento da economia brasileira e tem papel de destaque na política social governamental. Torna-se pertinente afirmar que tal fato ocorre em função da geração de emprego, o que aumenta o consumo e faz a roda da economia girar; diminuição de impostos; facilidade na liberação de financiamentos para famílias de baixa renda; crescimento do setor de construção civil, por meio da implantação de tal programa.

Conclui-se que o Estado abandona a postura neoliberal, baseada em uma série de privatizações de empresas públicas e desregulamentação econômica, e dá ênfase ao social, com o foco na aplicação de políticas públicas voltadas para a sociedade, principalmente para a parte menos favorecida, reutilizando o planejamento econômico em algumas áreas, como caminho à retomada do crescimento e desenvolvimento econômico.

O setor de construção civil foi especialmente beneficiado pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, através do PMCMV e, através deste, diversos empregos foram criados, devido ao aumento da demanda por mão-de-obra neste setor.

Portanto, conclui-se que a insuficiência de habitações no País, essencialmente para as classes menos favorecidas, deve ser analisada de forma especial, uma vez que a habitação não é apenas uma necessidade, mas serve como parâmetro para mensurar o desenvolvimento econômico e social de uma nação.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Um balanço preliminar do Governo Lula: a grande mudança medida pelos números**. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/058/58almeida.htm>>. Acesso em: 12/08/2011.
- CONTE, Fernanda de Paula Ramos; SEVERINO, Lilian Santos Marques. **O Brasil e as suas políticas sociais**: características e conseqüências para com o desenvolvimento do país e para os agrupamentos sociais de nível de renda mais baixo nas duas últimas décadas. Argentina: Universidade Populas das mães da praça de maio, 2006.
- CRISTINO, Vânia et. al. **Imóvel mais acessível para a Classe Média**. 2011. Disponível em: <<http://clippingmp.planejamento.gov.br/cadastros/noticias/2011/6/17/classe-media-fica-mais-perto-da-casa-propria>>. Acesso em: 11/08/2011.
- GASPARIN, Gabriela. **Classe C ganha 39,5 milhões de pessoas**. 2011. Disponível em <www.globo.com> Acesso em: 27/06/2011.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1991.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- MENDES, Carlos Magno et. al. **Introdução à economia**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.
- NOVO TEMPO EMPREENDIMIENTOS. **Conheça mais sobre o Projeto Minha Casa Minha Vida**. S/D. Disponível em <<http://www.novotempoempreendimentos.com.br/materias.php?id=0&subcategoriald=2&id=37&>>. Acesso em: 11/08/2011.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Da Macroeconomia Clássica à Keynesiana**. 2. ed. São Paulo, 1976.
- PRESTES, Maria Luci de Mesquita. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico: do planejamento aos textos, da escola à academia**. São Paulo: Rêspel, 2003.
- RIBEIRO, José Luis. **Construção Civil: breve análise**. 2011. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/informe-se/producao-cademica/construcao-civil-breve-analise/3822/>>. Acesso em: 11/08/2011.
- RODRIGUES, Huoston. **O Crescimento da Classe C – Brasil, um país de classe média**. 2011. Disponível em <<http://bustv.com.br/portal/noticias-do-meio/o->

[crescimento-da-classe-c-%E2%80%93-brasil-um-pais-de-classe-media>](#). Acesso em: 11/08/2011.

SILVA, Ivan Santiago. **A Importância Econômica do Programa Minha Casa Minha Vida na Gestão Lula.** 2010. Disponível em <http://www.webartigos.com/articles/39144/1/A-Importancia-Economica-do-Programa-Minha-Casa-Minha-Vida-na-Gestao-Lula--pagina1.html#ixzz1UfxQQb8M>>. Acesso em: 11/08/2011.